
MENSAGEM Nº. 187/2024

À sua Excelência o Senhor

Eriko Samuel Xavier de Oliveira

Presidente da Câmara Municipal do Natal

Natal, 02 de dezembro de 2024.

Senhor Presidente,

Tenho a honra de submeter novamente a Vossa Excelência e aos demais parlamentares que compõem esse Egrégio Poder Legislativo, o presente Projeto de Lei que *“estabelece normas para o licenciamento ambiental de publicidades projetadas, em painéis de LED e/ou em painéis luminosos e publicidade adesivada em veículos no Município de Natal e dá outras providências”*, consoante do documento anexo.

A presente proposição objetiva a adequação da a legislação municipal às novas tecnologias de comunicação visual e às demandas contemporâneas do mercado publicitário. A publicidade em painéis de LED, por sua capacidade de exibir conteúdos dinâmicos e de alta visibilidade, representa um avanço significativo em relação às formas tradicionais de anúncios estáticos.

Esta modernização da legislação é essencial para garantir que o município de Natal possa aproveitar os benefícios econômicos e estéticos proporcionados por essa tecnologia. A inclusão de dispositivos específicos para regulamentar a utilização de painéis de LED e de publicidade em veículos de transporte público é fundamental para assegurar que a expansão desse tipo de mídia ocorra de forma ordenada e segura.

A proposição visa prevenir impactos negativos, como a poluição visual, o incômodo para moradores de áreas residenciais e riscos à segurança no trânsito, estabelecendo critérios

claros, como a distância mínima entre painéis e a limitação de luminosidade durante a noite, além de buscar harmonizar a modernização tecnológica com o bem-estar da população e a preservação da paisagem urbana.

Esta iniciativa legislativa atende a uma demanda específica do Gabinete da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo (SEMURB), que identificou a necessidade de atualizar a regulamentação vigente para contemplar novas tecnologias e práticas publicitárias, incluindo a permissão e regulamentação de publicidades em painéis de LED, como medida crucial para modernizar a legislação municipal, alinhando-a com as tendências contemporâneas do mercado publicitário e as necessidades urbanísticas do município.

A presente iniciativa reflete o compromisso da administração municipal com o desenvolvimento sustentável e a inovação tecnológica, beneficiando tanto o setor econômico quanto a qualidade de vida dos cidadãos.

Assim, considerando a relevância da matéria envolvida, submetemos à apreciação de Vossas Excelências o presente Projeto de Lei solicitando sua aprovação por ser de relevante interesse público, e pela importância desta iniciativa, espera-se contar com o apoio necessário para a aprovação da presente proposição.

Ciente da relevância da matéria, que certamente será inserida no ordenamento jurídico municipal, pede o Chefe do Poder Executivo Municipal, nos termos regimentais, que seja a este Projeto conferido o necessário **REGIME DE URGÊNCIA**, a teor do que também dispõe o Art. 41 da Lei Orgânica Municipal.

Destarte, contando com o elevado espírito público que norteia as ações de Vossa Excelência e demais edis, reitero os votos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

Álvaro Costa Dias
PREFEITO

MINUTA DE PROJETO DE LEI
LEI N ° XX DE XX DE XX DE 2024.

Estabelece normas para o licenciamento ambiental de publicidades projetadas, em painéis de LED e/ou em painéis luminosos e publicidade adesivada em veículos no Município de Natal e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NATAL, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL aprovou e que sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre o licenciamento ambiental de publicidades projetadas, em painéis de LED e/ou em painéis luminosos em estruturas e fachadas de edificações e adesivadas em veículos no Município de Natal.

Art. 2º O licenciamento de publicidades projetadas, em painéis de LED e/ou em painéis luminosos será regido pelas normas, critérios e procedimentos previstos no Decreto nº 4.621, de 06 de julho de 1992, que regulamenta os meios de publicidade ao ar livre, ressalvadas disposições específicas desta Lei.

Art. 3º Para a concessão da licença das publicidades projetadas, painéis de LED e/ou painéis luminosos, deverão ser observados os seguintes requisitos:

I - Manter uma distância mínima de 100 metros de outro painel de LED licenciado, orientado no mesmo sentido do fluxo da via;

II - Garantir distância adequada de edificações residenciais, a fim de evitar incômodos aos moradores devido à emissão de luz;

III - Permanecer desligados no período entre meia-noite e 5h00;

IV - Reduzir a luminosidade para até 40% de sua capacidade a partir das 18h00;

V - Apresentar estudo luminotécnico que demonstre a conformidade do painel com os critérios de luminosidade exigidos.

Art. 4º O órgão responsável pelo licenciamento de publicidade ao ar livre poderá revogar as licenças das publicidades projetadas, em painéis de LED e/ou em painéis luminosos nas seguintes situações:

a) Verificação de que a publicidade não está atendendo aos critérios estabelecidos no artigo 3º desta Lei.

b) Constatação de que o publicidade causa ofuscamento, distração excessiva aos motoristas ou incômodo significativo aos moradores do entorno.

c) Falta de manutenção adequada que comprometa a segurança estrutural do painel ou a qualidade da publicidade exibida.

d) Instalação e/ou operação/funcionamento do equipamento de forma divergente das especificações apresentadas no estudo luminotécnico apresentado no processo de licenciamento.

e) Constatação de informações que contenham vícios ou erros nos documentos apresentados no processo de licenciamento.

Parágrafo único. A revogação da licença será precedida de notificação ao responsável pelo painel, concedendo prazo para regularização das inconformidades apontadas. Não havendo adequação no prazo estipulado, a licença será revogada de forma definitiva.

Art. 5º Fica permitida a veiculação de publicidade adesivada aplicada diretamente sobre a superfície externa de veículos de transporte público, tais como ônibus, táxis e demais veículos de permissionários e concessionários dos serviços de transporte de passageiros e cargas do município.

Parágrafo único. A veiculação de publicidade adesivada em veículos de transporte público deverá obedecer aos seguintes critérios:

a) A publicidade adesivada não deve comprometer a segurança e a visibilidade do motorista.

b) A publicidade adesivada não deve encobrir ou ofuscar: i. o número de ordem do veículo ou da permissão; ii. o nome do operador, quando aplicável; iii. o número de identificação da linha de operação, quando aplicável

c) O conteúdo da publicidade deverá estar em conformidade com as leis e regulamentos vigentes, sendo vedada a veiculação de publicidade com:

i. material ofensivo, discriminatório ou que incite comportamentos ilegais;

ii. incentivo ao consumo de bebidas alcoólicas e/ou cigarros;

iii. desestímulo ao uso do transporte público.

Art. 6º O órgão responsável deverá fiscalizar periodicamente as publicidades licenciadas, observando as normas de segurança e manutenção conforme especificado no Decreto nº 4.621/92, podendo exigir a regularização de inconformidades ou determinar a revogação da licença.

Art. 7º Aplicam-se, de forma subsidiária a esta Lei, as disposições do Decreto nº 4.621/92, que regulamenta os meios de publicidade ao ar livre no Município de Natal, inclusive no que tange a sanções e penalidades.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a alínea “e” do artigo 11-A do Decreto 4.621, de 06 de julho de 1992 .

Palácio Felipe Camarão, em Natal, 02 de dezembro de 2024.

Álvaro Costa Dias
PREFEITO